



DATA MERCANTIL

The logo consists of a stylized lowercase 'a' with a horizontal bar extending from its top left, followed by the letter 'i'.

Airship do Brasil - Indústria e Serviços Aéreos Especializados S.A.

CNPJ/MF nº 07.933.461/0001-66

Airship do Brasil

Com o objetivo de produzir um equipamento de transporte que atendesse as necessidades das Regiões do Brasil desprovidas de infraestrutura para o transporte rodoviário, fluvial e ferroviário, a AIRSHIP pesquisou e construiu protótipos de aeronaves mais leves do que o avião disponibilizar ao mercado internacional de plataformas aéreas de carga para até 30 t (trinta toneladas). Depois de realizada pesquisa sobre a viabilidade técnica de produção e sobre a demanda, de mercado para o tipo de aeronave pretendida pela AIRSHIP, as pesquisas com resultado positivo, foi instalada em São Carlos cidade que possui a formação técnica e superior (USP e UFSCAR) para a construção de aeronaves, a fábrica de protótipos e projetos de dirigíveis. Para o conhecimento técnico desse tipo de aeronave, cuja tecnologia era detida apenas por países do Hemisfério Norte (EUA, Inglaterra, França, Alemanha e Russia), a família de IRANI BERTOLINI, detentora de 100% das quotas da IBEFAM - Irani Bertolini e

empreendimento e informou a ANAC - Agência Nacional de Ciência da Intenção e acompanhou a execução do projeto aquela Agência. Para o aporte financeiro, em 2012 foi estimado de R\$ 102.744,00 específico para a execução mais leve do que o ar dirigível. Após concluídos os estudos e o propósito de construção de aeronaves maiores e de construção em aeronaves de menor capacidade, todo o valor do empréstimo. Quando concluído o projeto de carga útil e já tomados R\$ 54.000.000,00 do orçamento, o restante disponível decidiu-se da devolução antecipada do final de 2022 com a quitação dos valores junto ao BNDES. A IBEFUM, única acionista da AIRSHIP fez os aportes financeiros necessários. Visando a devolução do empréstimo e continuidade do empreendimento até aprovação da ANAC de um primeiro dirigível, no montante de R\$ 104.000.000,00. Em dezembro de 2022, dez anos após iniciada a construção pela AIRSHIP do primeiro dirigível, com a emissão do Certificado Tipo emitido pela ANAC, o Brasil tornou-se o sexto país, único do Hemisfério Sul, a deter tecnologia para construção de dirigíveis. O primeiro faturamento da aeronave deve-se em janeiro de 2023 com um contrato de publicidade para voos durante o evento SUMMIT realizado na cidade de Porto Alegre. O próximo passo da AIRSHIP é a certificação da fábrica, tornandose a quarta indústria aeronáutica do Brasil e, para tanto, buscará no mercado investidor os recursos para a conclusão do projeto. São Carlos, abril de 2023,
Airship do Brasil S.A. - Indústria Aeronáutica. Paulo Cesari Bertolini - Presidente.

DEMONSTRATION

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2

Accepted Article

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

correspondente a 57,58% do total do Ativo. A empresa não realizou análise da necessidade de ajuste ao valor recuperável do estoque conforme previsto no NBC TG 1000 (R1) Seção 13 - Estoques. Considerando que a empresa não está em operação, os estoques podem estar registrados por valor excedente ao seu valor recuperável. 5. Ainda se tratando dos estoques, não estávamos presentes por ocasião da realização do inventário físico, e consequentemente não acompanhamos a contagem dos estoques, registrados no balanço patrimonial da empresa pela importância de R\$ 18.447, ou 57,58% do ativo (R\$ 18.183, ou 58,58% do ativo em 2022). Nossos testes foram embasados por meio de procedimentos alternativos de auditoria decorrente da utilização dos relatórios gerenciais administrativos. 6. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis." Somos independentes em relação à empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** 7. Durante o exercício findo em 31/12/2023, a Empresa apresentou a situação de Passivo a Descoberto, no montante de R\$ 66.424 (R\$ 57.447 em 2022). As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional da empresa, e, neste sentido, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes às contas de Ativo ou Passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual descontinuidade das operações. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** 8. A Administração da sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão da auditoria sobre esse relatório. 9.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. 10. Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e sugerida as demais sociedades, seja a sociedade de Capital Fechado (S.A) e a sociedade LTDA. (sociedade enquadrada como de grande porte ou não), e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 11. O balanço encerrado em 31/12/2022, apresentado para fins de comparação, foi por nós revisado, sendo que o relatório de revisão, emitido em 06/06/2023, conteve modificações no mesmo contexto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** 12. A Administração da sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 13. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração tenha preferido liquidar a sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. 14. Os responsáveis pela governança da sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** 15. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. 16. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles da sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar a sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07/06/2024

Peppe Associados
Consultoria & Auditores Independentes
CRC-SP nº 2SP021055/0-1

Paulo Cesar R.Peppe
Contador CRC-SP nº 1SP095009/0-5
Hélio Márcio Rodrigues Gomes
Contador CRC-SP nº 1SP195873/0-2

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/10/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Radaz Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos S.A.

CNPJ nº 26.800.308/0001-05 - NIRE 35300582349

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Radaz Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos S.A.**, localizada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Av. Shishima Hifumi, nº 2911, sala 107, Urbanova, CEP 12.244-00 ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 11 de novembro de 2024, às 10 horas, **em formato digital** por meio da plataforma digital Microsoft Teams nos termos do artigo 5º da Lei nº 14.010/20 e em consonância com a Instrução Normativa DREI nº 81, com a finalidade de deliberar sobre alteração do Estatuto Social da Companhia para criar os cargos de Diretor Presidente e Diretor Financeiro, ajustando assim a composição dos membros da Diretoria, com a consequente consolidação do Estatuto. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada de modo digital por meio da plataforma digital Microsoft Teams, pela qual os acionistas poderão ver e serem vistos, ouvir e se manifestarem, digitalmente. Os acionistas receberão, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do horário da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, as orientações técnicas de acesso ao sistema de participação da Companhia **não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais** ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sobre o controle da Companhia. Por fim, a Companhia solicita que os acionistas acessem o sistema eletrônico a ser disponibilizado para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária tendo em mãos o documento de identidade e comprovação de poderes. São José dos Campos/SP, 24 de outubro de 2024. **Norivaldo Corrêa Filho**, Presidente do Conselho de Administração. (25, 29 e 30/10/2024)

Donnelly Participações S.A.

(Em Organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima Realizada em 23 de agosto de 2024
Hora, Data, Local e Presença: Aos 23 dias do mês de agosto de 2024, às 09:00 horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **Donnelly Participações S.A.** ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. **Mesa:** André Murilo de Barros Paz Bezerra (Presidente e Secretária). **Ordem do Dia:** (i) Constituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; (iv) Eleição dos membros da Diretoria; **Deliberações:** (i) Constituição a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **Donnelly Participações S.A.**; já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes, o qual integra a presente ata na forma de **Anexo I**; (ii) De acordo com o Boletim de Subscrição, o qual integra a presente ata na forma de **Anexo II**, o capital social de R\$ 1.000,00, será dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu o Sr. Presidente que o valor correspondente a 10% do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em moeda corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art. 81 da Lei Federal nº. 6.404/76, que o depósito referido no inciso III do art. 80 da Lei Federal nº. 6.404/76 será realizado no prazo de 5 dias contados da presente data; (iv) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou oposições, esclarecendo o Sr. Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estavam definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social da **Donnelly Participações S.A.**; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram o Diretor da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia **André Murilo de Barros Paz Bezerra**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) sob o nº 04330547303 Detran/PB, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o nº 054.012.584-96, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia; O membro da Diretoria ora eleito assina neste ato o respectivo Termo de Posse, que integra a presente ata na forma de **Anexo III**, e que será lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **Declarações:** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº. 6.404/76, que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme declarações expressas constantes nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de **Anexo III**. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº. 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** André Murilo de Barros Paz Bezerra (Presidente e secretário). **Visto do advogado:** Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530064622-3 em 05/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

B.Drops S.A.

CNPJ/ME nº 12.787.333/0001-91 - NIRE 35.300.508.661

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
São convocados os acionistas da **B.Drops S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 06 de novembro de 2024, às 16h00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81/20"), inclusive para fins de voto, por meio de sistema eletrônico pela plataforma Microsoft Teams, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos acionistas que enviarem solicitação, junto dos documentos pessoais, ou o boletim de voto a distância para o e-mail: contato@bdrops.tv. A Assembleia Geral será considerada, para todos os fins legais, como realizada na sede da Companhia, situada na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, 5º andar, conjunto F.H., Jardim Europa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-000. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária terá como ordem do dia deliberar: (A) em sede de **Assembleia Geral Ordinária** sobre: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a eleição dos membros da Diretoria; e (iv) a realização da assembleia geral ordinária de forma extra temporânea; e (B) em sede de **Assembleia Geral Extraordinária** sobre: (i) emissão de ações referente ao exercício por Renato Mascarenhas da Opção de Compra de Ações da Companhia; (ii) a realização de novos investimentos pela Companhia para expansão de suas atividades de OOH (out-of-home) em academias; (iii) alteração do objeto social da Companhia; e (iv) autorizar a Diretoria praticar todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações tomadas. Os documentos relacionados aos assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral estarão disponíveis na sede da Companhia para consulta e serão enviados aos acionistas que solicitarem a sua participação na Assembleia Geral, nos termos desse edital de convocação, publicados conforme descrito pelo Art. 294, III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os acionistas que venham a ser representados por procuradores na Assembleia Geral deverão apresentar o instrumento de procuração válida, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável. São Paulo, 21 de outubro de 2024. **Frederico Cristiano Naspolini Vianite**, Diretor. (24, 25 e 26/10/2024)

PUBLICAÇÕES LEGAIS • 03

Edição Digital • Ano 4 • São Paulo, 25 de outubro de 2024

Vaidebet Apostas Ltda.

CNPJ/ME nº 56.457.008/0001-36 - NIRE: 35.264.644.157

Instrumento Particular de 2ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico
Pelo presente Instrumento Particular de 2ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, a parte a seguir descrita e qualificada **José André da Rocha Neto**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) sob o nº 03769315802 Detran/PB, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o nº 070.921.494-44, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, sócio quotista representando a totalidade do capital social votante da pessoa jurídica denominada **Vaidebet Apostas Ltda.**, Sociedade Limitada, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 56.457.008/0001-36, com sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Paulista, nº 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.264.644.157 ("Sociedade"), resolve, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.133 e seguintes da Lei Federal nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue:
1.1. O sócio quotista **José André da Rocha Neto**, supra qualificado, titular de 30.000.000 (trinta milhões) de quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor nominal de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), cede e transfere, como de fato cedido e transferido, 1 (uma) quota social, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) de sua participação societária detida no capital social da Sociedade que corresponde à **Donnelly Participações S.A.**, Sociedade Anônima, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 57.173.236/0001-47, com sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Paulista, nº 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, neste ato representada por seu Estatuto Social vigente.
1.2. O cedente e o cessionário outorgam-se mutuamente e à Sociedade, a mais ampla, geral e irrestrita quitação da quota social ora cedida, para nela reclamarem entre si, a qualquer título e pretexto. Não obstante, **José André da Rocha Neto**, declara, para todos os fins de direito, que a quota objeto das cessões mencionadas no item 1.1 suprime (i) encontram-se livre e desembargada de quaisquer ônus ou gravames, e (ii) são celebradas em caráter irrevogável e irretratável, não admitindo arrependimento. 2.1. Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. 2.2. Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 30.000.000 (trinta milhões) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, em 30.000.000 (trinta milhões) de Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e subscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma de **Anexos II**. 3.1. Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de "**Vaidebet Apostas S.A.**", bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como "**Companhia**" e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhum interrupção, com todos os seus negócios sociais. 4.1. Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **José André da Rocha Neto**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) sob o nº 03769315802 Detran/PB, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o nº. 070.921.494-44, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, com mandato ate a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. 5.1. Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia anexo que, uma vez devidamente assinado pelos signatários deste instrumento, integra o presente instrumento na forma de **Anexo I**, rescreve, alterado e adequado para atender os requisitos da LSA. 6.1. Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. 7.1. Por fim, observando-se os preceitos do Parágrafo Único do artigo 220 da LSA, e assinam o presente instrumento de alteração contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma. São Paulo, 18 de setembro de 2024. **Acionistas: José André da Rocha Neto e Donnelly Participações S.A. Diretor: José André da Rocha Neto. Visto do Advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530064625-6. JUCESP/nº 353.984/24-3 em 27/09/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.**

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74 - NIRE 35.300.557.352

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2024
1. **Data, Hora e Local:** Realizada ao 12 dia do mês de agosto de 2024, às 10:00 horas, horário de Brasília, realizada por meio de sistema eletrônico de participação remota - Plataforma Teams, disponibilizado pela Monte Rodovias S.A. ("Companhia"). 2. **Convocação:** Dispensadas as formalidades para convocação em razão a presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, via conferência telefônica, na forma do disposto no Parágrafo Único do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia. 3. **Presença:** Membros do Conselho de Administração, a saber: Sr. Julio Cesar Troiano Zogbi, Presidente do Conselho de Administração; Sr. Lucas Bittencourt Lacretá e Sr. Fábio Bonini Tarraram ("Conselho"). Em razão do quórum verificado, o Presidente deu por instalada a Reunião do Conselho de Administração. 4. **Mesa: Presidente:** Sr. Julio Cesar Troiano Zogbi. **Secretária:** Sra. Manuela Rego Duran. 5. **Deliberações:** Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por se de conhecimento de todos os presentes. Foi deliberado que a alta desta reunião será lavrada na forma de sumário (art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76 – "LSA"), facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que, caso apresentadas, ficarão arquivadas na sede da Companhia. Após a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros de Administração decidem:
(I) **Aprovar as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo trimestre do ano de 2024.** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, aprovaram as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao segundo trimestre do ano de 2024, nos moldes do material apresentado, que ficará arquivado na sede da Companhia. (II) **A celebração de aditivo ao Contrato CT.024.2014, celebrado pela Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA") e a empresa Calcena Engenharia ("Calcena").** Os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, a celebração de aditivo ao contrato de prestação de serviços CT.024.2014, celebrado entre a CRA e a Calcena, cujo objeto do aditivo prorrogação de prazo com o consequente acréscimo de valor ao Contrato, passando este a possuir valor global superior a monta de dois milhões de reais, nos termos da Proposta de Deliberação nº 006/2024. (III) **Autorizar à Diretoria da Companhia e das controladas, relativa às deliberações tomadas na presente Reunião do Conselho de Administração.** Os membros do Conselho de Administração concedem autorização para que a Diretoria da Companhia e das controladas pratiquem todos os atos, registros e publicações necessários à implementação das decisões tomadas acima. 6. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Foi aprovada, por unanimidade, a publicação de extrato da presente ata, com a omissão das assinaturas dos conselheiros, não tendo apresentada qualquer manifestação por escrito. Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem da quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada pelo presidente e a secretária. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 12 de agosto de 2024. (ass.: **Mesa: Julio Cesar Troiano Zogbi – Presidente; Manuela Rego Duran – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 384.930/24-4 em 21/10/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.**)

HB Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 02.668.512/0001-56 (Companhia).

Edital de Convocação - AGE.

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da **assembleia geral extraordinária (AGE)** a se realizar presencialmente na sede da Companhia, localizada no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, na avenida José Munia, nº 6.250, bairro Jardim Francisco Fernandes, CEP: 15.090-275, no dia 04/11/2024 às 08:00h. **Ordem do Dia:** (I) aumento do capital social da Companhia. **Documentação necessária para participação:** documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e-mail: societaria@hpvida.com.br. São José do Rio Preto/SP, 24 de outubro de 2024. Diretor Presidente - Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima. (24, 25 e 26/10/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001
Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/10/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

